



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONVÊNIO BARUERI

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO Arquivamento de Ata;					
NOME EMPRESARIAL ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.			PORTE Normal		
LOGRADOURO Alameda Xingu		NÚMERO 512	COMPLEMENTO 3 4 e 16 parte		CEP 06455-030
MUNICÍPIO Barueri	UF SP	TELEFONE		EMAIL	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 04.740.876/0001-25	NIRE - SEDE 3530018761-0			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: VILSON FONTOURA DA SILVA (Procurador) ASSINATURA: DATA: 03/05/2023			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 520,75 DARF: R\$,00		SEQ. DOC. 1 / 1

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE
-----------------------	--------------------------	---------------------

ANEXOS:	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
<input type="checkbox"/> DBE <input checked="" type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input checked="" type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	

OBSERVAÇÕES:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP

MÁRIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL

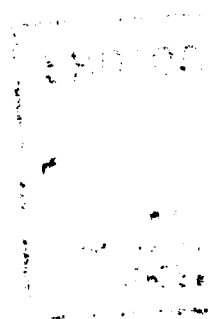
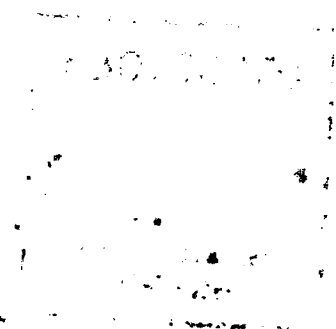
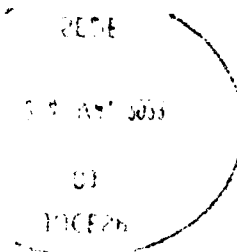
210.870/23-0

JUCESP

Este documento foi assinado digitalmente por Vilson Fontoura Da Silva.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código ED01-4BD2-4D63-7262.

SEM VALOR DE CERTIDÃO



- Gerência de Guarda e Distribuição
- ☐ Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
 - ☒ Verificação de Ficha Cadastral
 - ☐ Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
 - ☐ MEI sem Cadastro
 - ☐ MEI com Cadastro
 - ☐ Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
 - ☐ Vide Protocolo

3 de 3
anexos



DUCEP

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

21 05 23

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/ED01-4BD2-4D63-7262> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: ED01-4BD2-4D63-7262



Hash do Documento

C46832A4050BE0384FB15A40BFC531EF0FADD59BFC63752D0A0A216AE53F3886

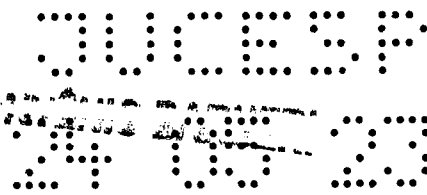
O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/05/2023 é(são) :

☒ VILSON FONTOURA DA SILVA - 285.067.968-22 em 05/05/2023

14:55 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ 04.740.876/0001-25

NIRE 35.300.187.610

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28.4.2023, ÀS 9H

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 28 dias do mês de abril de 2023, às 9h, por videoconferência.

MESA: Presidente: Sra. Esther Dalmas; Secretário: Vilson Fontoura da Silva.

PRESEÇA: Representantes da Elo Holding Financeira S.A., única acionista da Sociedade, e da KPMG Auditores Independentes Ltda., Sr. Carlos Massao Takauthi, e o Administrador, Sr. Cesario Narihito Nakamura.

CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença de representantes da única acionista da Sociedade, conforme faculta o § 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76.

PUBLICAÇÕES: As Demonstrações Financeiras, contendo as Notas Explicativas e os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2022, foram publicados em 17.4.2023, no jornal "O Estado de S. Paulo", em versão impressa, na página B7, e divulgadas na mesma data no endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>.

ORDEM DO DIA: 1) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31.12.2022; e 2) deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2022 e distribuição e pagamento de Dividendos.

DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião, observada a Ordem do Dia, a acionista, por seus Diretores, tomou as seguintes deliberações:

- 1) aprovadas, sem ressalvas, as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31.12.2022; e
- 2) aprovada a proposta do Conselho de Administração para a destinação integral do Lucro Líquido relativo ao ano de 2022 para pagamento de dividendos, no valor de R\$334.450.127,41 (trezentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), bem como a distribuição e pagamento de dividendos no valor de R\$91.099.423,86 (noventa e um milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos), utilizando o saldo da conta Reserva de Lucros - Reserva de Expansão; perfazendo o montante de R\$425.549.551,27 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos), com pagamento até 28.4.2023;

JUCESP
24 05 23

ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ 04.740.876/0001-25

NIRE 35.300.187.610

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28.4.2023, ÀS 9H

Os documentos que foram apresentados, ficam arquivados na sede social da Sociedade para todos os efeitos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. aa) Mesa: Esther Dalmas - Presidente; Vilson Fontoura da Silva - Secretário; Acionista: Elo Holding Financeira S.A., por seus Diretores, Sra. Esther Dalmas e Sr. Leandro José Susin; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes Ltda., por seu representante, Sr. Carlos Massao Takauthi; Administrador: Sr. Cesario Narihito Nakamura.

Certifico que esta é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Sociedade.

Esther Dalmas
Presidente

Vilson Fontoura da Silva
Secretário



JUCESP



DUCESP

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/57AB-81EC-ABD2-331C> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 57AB-81EC-ABD2-331C



Hash do Documento

76F1D6E8EB78B20C68274872FAC5B44B1467913D01FC184697ED0D3CA08C07A7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/05/2023 é(são) :

☒ Esther Dalmas - 008.032.848-29 em 11/05/2023 15:33 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ VILSON FONTOURA DA SILVA - 285.067.968-22 em 05/05/2023

15:25 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



DUCESP
24 06 22
PROCURAÇÃO

OUTORGANTES: (i) **ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, CNPJ 09.227.099/0001-33, com sede social na Alameda Xingu, 512, 8º andar, parte, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, Barueri, SP, CEP 06455-030, representada na forma do seu Contrato Social; (ii) **ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**, CNPJ 04.740.876/0001-25, atual denominação social da Alelo S.A., com sede social na Alameda Xingu, 512, 3º, 4º e 16 (parte) andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, Barueri, SP, CEP 06455-030, representada na forma do seu Estatuto Social; (iii) **LIVELO S.A.**, CNPJ 12.888.241/0001-06, com sede social na Alameda Xingu, 512, 1º andar, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, Barueri, SP, CEP 06455-030, representada na forma do seu Estatuto Social; (iv) **ALPHA SERVIÇOS DE REDE DE AUTOATENDIMENTO S.A.**, CNPJ 09.092.759/0001-16, com sede social na Alameda Xingu, 512, 8º andar, parte, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, Barueri, SP, CEP 06455-030, representada na forma do seu Estatuto Social; e (v) **ELO HOLDING FINANCEIRA S.A.**, CNPJ 09.235.082/0001-28, com sede social na Alameda Xingu, 512, 8º andar, parte, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, Barueri, SP, CEP 06455-030, representada na forma do seu Estatuto Social.

OUTORGADOS: (i) **VILSON FONTOURA DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, OAB/SP 266.102, CPF 285.067.968-22; e (ii) **CAIO VINICIUS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP 446.985, CPF 399.335.938-03; todos com domicílio na Alameda Xingu, 512, 8º andar, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, Barueri, SP, 06455-030.

PODERES: Representar as **OUTORGANTES**, isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, junto à Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais, incluindo Juntas Comerciais dos Estados, Delegacia da Receita Federal do Brasil e Agências da Receita Federal do Brasil a ela jurisdicionada, podendo nesses órgãos requerer, solicitar, assinar, retirar requerimentos para obtenção de registros de documentos, cadastros, protocolar documentos, requerimentos e processo administrativo, justificar pagamentos, regularizar pagamentos, pesquisar sobre situação fiscal e cadastral, solicitar emissão e pagamento de taxas, emolumentos e DARF, dar vistas e requerer fotocópias em processos administrativos, assinar documentos e requerimentos, inclusive digitalmente, DBE – Documento Básico de Entrada no CNPJ e capa de processo, obter senhas de acesso, podendo assinar os documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Fica expressamente vedado, no todo ou em parte, o substabelecimento de quaisquer poderes, devendo os **OUTORGADOS**, ora constituídos, observarem rigorosamente às restrições e aos limites fixados no Estatuto Social ou Contrato Social das **OUTORGANTES**, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando a suas Políticas de Competências e Alçadas das **OUTORGANTES**, quando aplicável, cujo teor têm pleno conhecimento.

VALIDADE: Este mandato terá validade de 01 (um) ano a contar de 8.6.2022.

Barueri, 6 de junho de 2022

ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.
ALELO S.A.
LIVELO S.A.
ALPHA SERVIÇOS DE REDE DE AUTOATENDIMENTO S.A.
ELO HOLDING FINANCEIRA S.A.

Esther Dalmas
Diretora

Leandro José Susin
Diretor

DUCESP

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7EAC-C703-D59D-BFEC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7EAC-C703-D59D-BFEC



Hash do Documento

DEC086BD3A384ED3EDABA0F9735EA59643B81BFBD882B83AE102F45DC5BE26F8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/06/2022 é(são) :

☒ Esther Dalmas - 008.032.848-29 em 06/06/2022 15:26 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Leandro José Susin - 361.884.500-63 em 06/06/2022 15:02 UTC-03:00

Nome no certificado: Leandro Jose Susin

Tipo: Certificado Digital





ALEO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ nº 04.876.0001-25

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Diante de um cenário desafiador devido alterações regulatórias e maior competição no mercado de benefícios, a Aleo vem respondendo de forma resiliente com crescimento do volume movimentado, diversificação do nosso portfólio e aprimoramento da experiência e entrega de valor aos nossos clientes. No exercício, a Aleo registrou lucro líquido de R\$ 334,4 milhões, patrimônio líquido de R\$ 908,8 milhões e ativos totais de R\$ 7,5 bilhões.

Destacamos a Aleo e Sociedade por parte do desenvolvimento de negócios, conforme previsto em estatuto, 25% do lucro líquido, após as distribuições legais. A Sociedade também possui 20% do Programa de Alimentação do Trabalhador. Também mantivemos nossos esforços de diversificação de negócios e constante foco na experiência e satisfação do cliente. Dessa maneira, Aleo tem investido em proporções adequadas aos portadores dos cartões através do Aleo Tudo: na evolução de novos negócios sinérgicos e complementares com a plataforma

de pedidos de refeições Pede Pronto; em Veio como alternativa de inovação na cadeia de moda e em parcerias com parceiros de tecnologia para projetos estruturantes. Ao encarmos o exercício social, registamos o aprimoramento da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 30 de março de 2023

A Administração

Balancetes patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4.285.772	2.330.491	
Instrumentos financeiros	5	149.393	
Contas a receber	8.393.684	3.137.031	
Contas a receber	3.614.602	3.183.572	
(-) Provisão perdas esperadas	(21.908)	(26.541)	
Impostos a recuperar	7	15.108	
Despesas antecipadas	7	74.361	
Outros créditos	9	130.043	
Depósito judicial	1	1.602	
Total do ativo circulante	6.777.973	6.687.412	
Instrumentos financeiros	5	130.303	
Despesas antecipadas	5	21.263	
Depósito judicial	10	58.341	
Ativo fiscal diferido	25,6	86.507	
Imobilizado	11	23.553	
Intangíveis	12	486.610	
Total do ativo não circulante	677.574	711.732	

Total do Ativo	7.455.547	6.379.144
----------------	-----------	-----------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Lucro líquido do exercício	334.450	182.186	
Dividendos adicionais	-	-	
Destinação do lucro líquido:			
Reserva de expansão	24,4	136.640	
Dividendos obrigatórios	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	334.450	182.186	
Lucro líquido do exercício	334.450	182.186	
Dividendos adicionais	-	-	
Destinação do lucro líquido:			
Reserva de expansão	24,4	136.640	
Dividendos obrigatórios	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	334.450	182.186	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Aleo S.A. ("Sociedade" ou "Aleo"), em 31 de maio de 2022, alterou sua denominação social para Aleo Instituição de Pagamento S.A. ("Sociedade" ou "Aleo"), uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Ely Holding Financeira S.A. ("ElyH"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512 - 3º, 4º e 16º andares, edifício Condomínio Evolution Corporate - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de administração e relação, através de meios eletrônicos, tais como tags, maquineta, smart cards e outros, desenvolvimento de parcerias para prestação de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em máquinas e veículos de divulgação; a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização ou bonificação de vendas, meios de pagamento via tag e plataforma de pedidos.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e pressupostos são revisados anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis não são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

- Realização dos créditos e débitos tributários, vide nota 25;c;

- Provisão de contingências trabalhistas, vide nota 22;e

- Perda de crédito esperada, vide nota 8.

d. Normas emitidas ou alterações

d.1. Normas emitidas, vigentes

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo IASB, mas não foram adotadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;

- CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" - Divulgação de Políticas Contábeis;

- CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" - Divulgação de estimativa contábil;

- CPC 32 "Tributos sobre o Lucro" - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação;

- CPC 50 "Contratos de Seguro" - Princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.

A Sociedade não espera impacto relevante na adoção dessas alterações.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez direta e prazo de até 90 dias da data da aplicação inicial, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, ou que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1. Reconhecimento e mensuração inicial

O reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros é realizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), ou custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação.

b.2. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ou VJORA - instrumento de dívida que não é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo. Os ativos financeiros não são classificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja emitido por negociação, a Sociedade pode optar por reconhecer o valor justo no momento da aquisição, o que resultará em uma diferença de reconhecimento inicial. A Sociedade pode

-> continuação

A Sociedade mensura o risco na data de aquisição como:

• O valor da contraprestação transferida;

• O montante reconhecido de qualquer participação não controladora na aquisição; mas se a aquisição foi realizada em etapas, o valor justo de qualquer participação adota anteriormente a aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificados adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra representa o reconhecimento imediato no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incidirem.

Até 31 de dezembro de 2008, os ativos fundametalizados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ativos não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Recuperação do Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ativos não operacionais indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

g.1. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

• ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

• contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Até 31 de dezembro de 2008, a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento foi determinada com base no risco de crédito e no histórico de inadimplência observado desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo para obter informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data de balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contínuo máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as informações de crédito (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa esperados à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

• dificuldades financeiras significativas do devedor;

• quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Aprovisionamento da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Balanço

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o valor financeiro em sua totalidade ou em parte.

g.2. Ativos não financeiros

Em cada data de balanço, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas da adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício corrente e sobre os impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas dos impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é o reconhecimento com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o balanço;

• Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas em curto prazo;

• Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ativo.

Um ativo de imposto diferido de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Além do imposto de renda e contribuição social diferidos são reversados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua reversão não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

L. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das contingências legais são efetuados de acordo com os critérios de fato e de direito.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo existente. Os ativos contingentes, cuja expectativa de fato é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - São classificados como passivos contingentes prováveis, quando o evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas em notas explicativas, e são classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Reconhecimento da receita operacional

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de valor adicionado, vale transporte e vale transporte.

Receita de aquisição

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Aleis, tais como comissões, anuidade e tarifas, as mesmas são cobradas e reconhecidas nas liquidações aos estabelecimentos comerciais.

Receita de emissão

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e reconhecidas quando recebidas de terceiros.

Receita de comissão de vendas

Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Aleio e cobrados dos seus parceiros pela captação/indicação de clientes, e o reconhecimento é feito na emissão do nota fiscal.

Todas as receitas da Sociedade observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

• Identificar o contrato com o cliente;

• Determinar o preço das transações;

• Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;

• Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando mesmo obtém o controle dos bens e serviços.

L. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Outras receitas/despesas operacionais

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

Arrendamento financeiro

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Aleio Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais)

• Os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento da Aleio Instituição de Pagamento S.A. são mensurados ao valor presente líquido.

• Os arrendamentos a seguir:

• pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;

• valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de crédito;

• pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

De ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

• o valor de mensuração inicial do passivo de arrendamento;

• quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;

• quaisquer custos diretos iniciais; e

• custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Sociedade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas ao longo do prazo do arrendamento, n. Eventos subsequentes.

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existem na data-base das demonstrações financeiras;

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existem na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Moeda nacional

Fundos de investimentos (a)

Certificado de depósito bancário - CDB's (b)

Moeda estrangeira (c)

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Asset Management que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês, que tem como política e objetivo investir em títulos de renda fixa referenciados pelo DI.

(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuados com o propósito de serem atrelados a frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

(c) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.

Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

5. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Títulos privados

Letras financeiras do tesouro - LFT

Letras financeiras - LF

Perda esperada

Curto prazo

Longo prazo

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

Letras financeiras do tesouro

Certificado de depósito bancário - CDB's

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de mensuração.

Categoria de Instrumentos Financeiros

Certificado de depósito bancário - CDB's

Letras financeiras do tesouro

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Não houve transferência entre níveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(a) Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - Nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

• O uso de preços de mercado observados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável;

• O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores.

6. Contas a receber, líquido das perdas esperadas

Contas a receber de clientes

Contas a receber partes relacionadas (a)

Provisão de perdas esperadas

(a) Referem-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao BB Eio Cartões Participações S.A. e ao Banco Bradesco S.A., referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, cuja nota explicativa 20.

Adicionalmente ao modelo de provisionamento para fins de apuração de risco de crédito de carteira de clientes a receber, apuram-se as exposições decorrentes de:

LDP (a)

Instrumentos Financeiros (b)

(a) Referem-se substancialmente a valores a receber decorrentes de exposições caracterizadas como baixo nível de risco (LDP - Low Default Portfolio).

(b) Referem-se a exposições de instrumentos financeiros (Títulos e Valores Mobiliários) elegíveis ao cálculo de perda esperada de acordo com as estratégias de tesouraria e as diretrizes do CPC-48.

A movimentação da perda esperada é como segue:

Saldo Inicial

Acréscimos

Reversões

Saldo final

Saldo final

Contas a Receber de Clientes, e de Partes Relacionadas.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a instituição incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais de

Ativos de direito de uso são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Sociedade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas ao longo do prazo do arrendamento, n. Eventos subsequentes.

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existem na data-base das demonstrações financeiras;

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existem na data-base das demonstrações financeiras.

Moeda nacional

Fundos de investimentos (a)

Certificado de depósito bancário - CDB's (b)

Moeda estrangeira (c)

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Asset Management que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês, que tem como política e objetivo investir em títulos de renda fixa referenciados pelo DI.

(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuados com o propósito de serem atrelados a frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

(c) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.

Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

5. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Títulos privados

Letras financeiras do tesouro - LFT

Letras financeiras - LF

Perda esperada

Curto prazo

Longo prazo

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

Letras financeiras do tesouro

Certificado de depósito bancário - CDB's

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de mensuração.

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

Letras financeiras do tesouro

Certificado de depósito bancário - CDB's

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de mensuração.

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

Letras financeiras do tesouro

Certificado de depósito bancário - CDB's

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de mensuração.

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

Letras financeiras do tesouro

Certificado de depósito bancário - CDB's

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de mensuração.

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

Letras financeiras do tesouro

Certificado de depósito bancário - CDB's

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de mensuração.

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

Letras financeiras do tesouro

Certificado de depósito bancário - CDB's

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de mensuração.

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

Letras financeiras do tesouro

Certificado de depósito bancário - CDB's

Fundos de investimentos

Contas a receber

Múltiplo a receber

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de mensuração.

Categoria de Instrumentos Financeiros

Letras financeiras

→ continuação

O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se ao fim da aquisição das empresas Smart e Pande Pronto. O ativo fundado com expectativa de renúncia futura é amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31 de dezembro de 2028. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ativos com expectativa de renúncia futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do valor recuperável, conforme o CPC 01. Para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi realizado teste de impairment, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável.

Nos exercícios de 2022 e 2021 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

	2022	2021
13. Fornecedores		
Fornecedores - administrativo	53.668	53.804
Fornecedores - benefícios de folha	2.826	1.161
	56.494	54.965
Circulante	56.494	54.965
Não circulante	-	-

14. Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados no passivo. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde a R\$ 8.765 (R\$ 2.848,096 em 31 de dezembro de 2021), liquidados em aproximadamente 20 dias.

15. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$ 2.450.409 (R\$ 2.276.175 em 31 de dezembro de 2021) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários das cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários. A liquidação dessa obrigação ocorre de acordo com a utilização do benefício pelo portador do cartão Aleio.

16. Programa de incentivo a vendas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$ 10.112 (R\$ 20.878 em 31 de dezembro de 2021) e refere-se ao comprometimento devido aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Aleio. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total liquidado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre mensalmente ou trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

17. Salários e encargos

	2022	2021
Participação nos lucros	55.501	48.228
Provisão de férias	20.993	15.323
Encargos sociais	14.512	10.722
Outros	3.823	4.131
	94.819	78.404
Circulante	90.288	70.384
Não circulante	4.531	8.020

18. Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
CORFINS	21.438	17.160
IRPJ a recolher	11.029	8.176
Provisão de imposto de renda e contribuição social	10.125	-
Outros tributos a recolher	6.604	6.251
PIS	4.554	3.631
	53.760	35.268
Circulante	53.760	35.268
Não circulante	-	-

19. Outras contas a pagar

	2022	2021
Crédito a cliente (a)	113.289	52.654
Provisão de custos dos serviços prestados	29.203	15.868
Provisões gerais e administrativas	11.658	24.046
Serviços técnicos especializados	11.357	9.851
Desenvolvimento, manutenção e suporte	7.562	6.350
Provisão de marketing	5.597	1.179
Contas a pagar - partes relacionadas (nota 20)	5.089	4.417
Recarga diferida	1.741	1.680
Outras contas a pagar	1.196	1.196
	185.662	116.144
Circulante	185.496	116.043
Não circulante	166	99

(a) Referem-se, substancialmente, a devoluções de benefícios, as quais retornam ao cliente via cartões de crédito ou desconto na próxima liquidação.

20. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco, BB, Eio Carifões Participações S.A., e Eio Participações Ltda.), acionista direto (Eio Holding Financeira S.A.) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação societária, tais como: Cielo S.A., Eio Serviços S.A. e Banco Digo S.A.

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Banco Bradesco S.A.	2.073.151	166.796
Banco do Brasil S.A.	729.274	34.984
Banco Digo S.A.	-	4.530
Instrumentos financeiros	-	14.147
Banco Bradesco S.A.	13	-
Contas a receber (a)	202.701	184.344
BB Eio Carifões Participações S.A.	43.086	17.477
Cielo S.A.	76.891	-
Eio Serviços S.A.	-	5
Banco Digo S.A.	33.228	159.756
Programa de incentivo a vendas (b)	4.291	(84.266)
Banco Bradesco S.A.	(1.906)	(75.468)
Banco do Brasil S.A.	(1.906)	(75.468)
Dividendos a pagar	-	(45.547)
Eio Participações Ltda.	-	-
Eio Holding Financeira S.A.	(83.613)	-
Outras contas a pagar	1.885	(5.794)
Banco Bradesco S.A.	(701)	(2.278)
Banco do Brasil S.A.	-	(52.799)
Cielo S.A.	-	(53.617)
Eio Participações Ltda.	-	(4.142)
Eio Serviços S.A.	-	(7.800)
Contas a pagar operacionais	-	(7.800)
Banco Digo S.A.	(605.545)	(473.789)

(a) Referem-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Aleio.

(b) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

21. Remuneração pessoal chave de Administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	2022	2021
Salários e benefícios de curto prazo	14.559	14.972
Bônus de longo prazo	5.295	1.292
	19.854	16.264

22. Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos individualmente, considerando o grau de certeza e a natureza de acordo com o andamento do processo. A constituição de provisão é realizada de acordo com a fase do processo, (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b. Processos civis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

c. Obrigações legais - tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutam a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos, baseada em riscos de cada processo, segundo a norma de provisão tributária.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, trabalhista e trabalhista. A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	2022	2021
Fiscais	71.558	81.001
Trabalhistas e previdenciárias	1.297	2.953
Cíveis	1.210	743
	74.065	84.696
Circulante	74.065	84.696
Não circulante	67.872	57.432

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Aleio Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais)

Atenuação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada no quadro abaixo:

	Saldo Inicial	Saldo Final
12.2021	6.953	6.953
12.2022	6.953	6.953
12.2023	6.953	6.953
12.2024	6.953	6.953
12.2025	6.953	6.953
12.2026	6.953	6.953
12.2027	6.953	6.953
12.2028	6.953	6.953
12.2029	6.953	6.953
12.2030	6.953	6.953
12.2031	6.953	6.953
12.2032	6.953	6.953
12.2033	6.953	6.953
12.2034	6.953	6.953
12.2035	6.953	6.953
12.2036	6.953	6.953
12.2037	6.953	6.953
12.2038	6.953	6.953
12.2039	6.953	6.953
12.2040	6.953	6.953
12.2041	6.953	6.953
12.2042	6.953	6.953
12.2043	6.953	6.953
12.2044	6.953	6.953
12.2045	6.953	6.953
12.2046	6.953	6.953
12.2047	6.953	6.953
12.2048	6.953	6.953
12.2049	6.953	6.953
12.2050	6.953	6.953
12.2051	6.953	6.953
12.2052	6.953	6.953
12.2053	6.953	6.953
12.2054	6.953	6.953
12.2055	6.953	6.953
12.2056	6.953	6.953
12.2057	6.953	6.953
12.2058	6.953	6.953
12.2059	6.953	6.953
12.2060	6.953	6.953
12.2061	6.953	6.953
12.2062	6.953	6.953
12.2063	6.953	6.953
12.2064	6.953	6.953
12.2065	6.953	6.953
12.2066	6.953	6.953
12.2067	6.953	6.953
12.2068	6.953	6.953
12.2069	6.953	6.953
12.2070	6.953	6.953
12.2071	6.953	6.953
12.2072	6.953	6.953
12.2073	6.953	6.953
12.2074	6.953	6.953
12.2075	6.953	6.953
12.2076	6.953	6.953
12.2077	6.953	6.953
12.2078	6.953	6.953
12.2079	6.953	6.953
12.2080	6.953	6.953
12.2081	6.953	6.953
12.2082	6.953	6.953
12.2083	6.953	6.953
12.2084	6.953	6.953
12.2085	6.953	6.953
12.2086	6.953	6.953
12.2087	6.953	6.953
12.2088	6.953	6.953
12.2089	6.953	6.953
12.2090	6.953	6.953
12.2091	6.953	6.953
12.2092	6.953	6.953
12.2093	6.953	6.953
12.2094	6.953	6.953
12.2095	6.953	6.953
12.2096	6.953	6.953
12.2097	6.953	6.953
12.2098	6.953	6.953
12.2099	6.953	6.953
12.2100	6.953	6.953

d. Passivos contingentes classificados como perdas passíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos e na avaliação de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	2022	2021
Trabalhistas	4.407	5.008
Cíveis	2.664	3.589
Tributárias (a)	378.706	345.607
	385.777	354.204

(a) Em 2021 foram realizadas as atualizações dos valores estimados em ativos conforme norma tributária vigente, e a atualização de avaliação de risco referente a essa carteira, conforme movimentação processual.

23. Arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente dura 5 anos, com opção de arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). E a periodicidade de pagamento da parcela do arrendamento é liquidada mensalmente.

A Sociedade arrenda equipamentos de TI com prazos de contratos de 3 anos. Os contratos de prazo inferior e ou de baixo valor a companhia optou por não reconhecer em ativos bens de uso. Os pagamentos de arrendamentos possuem parcelas fixas e são liquidados mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas abaixo:

2021		31.12.2021	Adição	Baixas	Aquecimento	Juros	31.12.2022	Encargos
48.228	Arrendamento mercantil	18.943	5.266	(7.061)	(7.383)	153	9.918	Gratificação
15.323		18.943	5.266	(7.061)	(7.383)	153	9.918	Outros
10.722	Circulante	4.256					4.358	Treinamento
4.131	Não circulante	14.687					4.960	
	Ativo financeiro							

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (Em milhares de reais)

Cezario Narihito Nakamura - Diretor Presidente

Director

34. Eventos subsequentes
Não foram registrados eventos subsequentes até a data do encerramento dessa demonstração financeira.

Contador
Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

Ao Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
Altel Instituição de Pagamento S.A.
Barueri - SP

Opinion

Examinamos as de

ciudad" ou "Alah")

As respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aleto Instituição de Pagamento S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, assinala descritivamente as áreas de possível influência. "Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores.

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

Finanças

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, to-

zadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se a causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as erro-

acordo com as Normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contínuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

São Paulo, 30 de março de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CPC 259/02768540-015/88

Carlos Massao Takauti
 Curitiba, 999-167333100-10, 1



LÍVELO S.A.
CNPJ nº 12.888.241/0001-06

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No exercício, a LÍVELO S.A. registrou faturamento de R\$ 4,4 bilhões e lucro líquido de R\$ 846,1 milhões, o que representou aumentos de 40% e 84%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A margem líquida foi de 19%, crescimento de 5 p.p. versus 2021, enquanto o caixa teve aumento de 12% em relação ao ano passado, atingindo R\$ 3,9 bilhões. O patrimônio líquido foi de R\$ 801,5 milhões e os ativos totais contabilizaram R\$ 5,2 bilhões.

Desse resultado, a Sociedade alocou para a distribuição de dividendos, conforme previsto no seu Estatuto Social, 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

Em 2022, a LÍVELO reforçou sua presença no segmento de varejo, promovendo ações promocionais junto a grandes empresas parceiras, além de adicionar mais de 60 clientes de acúmulo à sua rede. No último trimestre de 2022, a companhia lançou o Shopping LÍVELO, sua plataforma de marketplace, oferecendo mais uma alternativa para

potencializar as vendas dos clientes. O ecossistema da LÍVELO foi ampliado também com a aquisição de diversas empresas do setor financeiro, e fechou o ano com total de 26 parcerias. O Clube LÍVELO foi outro grande destaque do ano ao verificar crescimento de 128% na sua base de assinantes. A representatividade do faturamento de todas essas linhas de negócio passou de 44% em 2021 para 54% em 2022, o que se traduz em maior diversificação das fontes de receita da companhia.

No ano passado, a LÍVELO consolidou-se como o maior programa de recompensas do Brasil e alcançou a marca de 40 milhões de clientes. A companhia ampliou sua presença no dia a dia dos consumidores e observou crescimento de 24% na quantidade de pessoas engajadas no programa. Mais de 127 bilhões de pontos LÍVELO foram utilizados em 2022, um aumento de 42% versus o ano anterior. A LÍVELO consolidou sua estratégia de omnicanalidade ao lançar o produto "Pagar com Pix", uma solução inovadora no segmento de fidelidade, que permite o pagamento de compras em lojas físicas e online com pontos. Essa solução potencializou a utilização dos pontos em despesas rotineiras e reforçou a presença da Companhia no mundo

físico. Lançada no final do ano, já ocupa a quarta posição dentre as possibilidades de resgate mais utilizadas pelos participantes LÍVELO.

A LÍVELO também fomentou iniciativas para reforçar sua atuação na esfera ESG, sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance* ou Ambiental, Social e Governança. Em 2022, a companhia obteve a Certificação ISO 14001 e doou pontos LÍVELO às 15 instituições parceiras. Ainda, a LÍVELO realizou a segunda edição de programas focados em Diversidade, Equidade e Inclusão tais como estágio com foco em raça e etnia, e para pessoas com mais de 50 anos. A companhia obteve destaque em premiações relevantes como *Great Place To Work®* Brasil, Valor Inovação, Melhores e Maiores da Exame e ReclameAqui.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros comerciais e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 30 de março de 2023.

A Administração

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro dos exercícios	846.119	458.710
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.991	(10.746)
Depreciações/amortizações	4.532	5.237
Perdas na alienação do imobilizado	-	3.788
Provisão para perdas esperadas	(3.410)	1.128
Resultado com equivalência patrimonial	(19.772)	-
Passivos contingentes	2.161	846
Juros sobre arrendamento	342	1.004
Ganho de capital	(31.355)	-
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(338.489)	(106.163)
Impostos a recuperar	61.691	(102.534)
Despesas antecipadas	(10.413)	(4.588)
Adiantamento a fornecedores	65.835	(108.893)
Outros créditos	(3.443)	(2.770)
Depósitos judiciais	(2.129)	(631)
Fornecedores	(28.033)	86.695
Contas a pagar operacional	(133.069)	48.417
Salários e encargos	14.409	8.665
Impostos e contribuições a recolher	289.879	302.547
Impostos pagos	(277.984)	(295.088)
Obrigações com parceiros	569.488	290.892
Outras contas a pagar	2.299	21.637
Arrendamento mercantil a pagar	(1.878)	(5.987)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.071.771	597.708
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de coligada	(212.954)	-
Juros sobre capital próprio	9.157	-
Adições ao imobilizado e intangível	(6.043)	(4.834)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(209.840)	(4.834)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(455.911)	(295.731)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(455.911)	(295.731)
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	406.020	297.143
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	3.510.183	3.213.040
Saldo final	3.916.203	3.510.183
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	406.020	297.143

Diretoria

Andre Fehlauer - Diretor Presidente

Esther Dalmas - Diretora Executiva

Leandro Jose Susin - Diretor Executivo

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadadori.estadao.com.br/publicacoes/>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 30 de março de 2023, sem ressalvas.



ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Diante de um cenário desafiador devido alterações regulatórias e maior competição no mercado de benefícios, a Alelo vem respondendo de forma resiliente com crescimento do volume movimentado, diversificação do nosso portfólio e aprimoramento da experiência e entrega de valor aos nossos clientes. No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 334,4 milhões, patrimônio líquido de R\$ 908,8 milhões e ativos totais de R\$ 7,5 bilhões.

Deste resultado, a Sociedade alocou para a distribuição de dividendos, conforme previsto em estatuto, 25% do lucro líquido, após as destinações legais. A Sociedade buscará em 2023 o fortalecimento de sua posição em seus negócios centrais e adequação à nova regulação do Programa de Alimentação do Trabalhador. Também manteremos nossos esforços de diversificação de negócios e constante foco na experiência e satisfação do cliente. Dessa maneira, Alelo tem investido em: proporcionar flexibilidade aos portadores dos cartões através do Alelo Tudo; na evolução de novos negócios sinérgicos e complementares com a plataforma

de pedidos de refeições Pede Pronto; em Vello como alavanca de inovação na cadeia de mobilidade; em ganho de eficiência através da evolução tecnológica com projetos estruturantes. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 30 de março de 2023

A Administração

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido dos exercícios	334.450	182.186
Depreciações e amortizações	101.445	76.046
Provisão para perdas esperadas	(4.633)	(4.791)
Atualização programa de incentivo a vendas	(59.047)	(7.931)
Passivos contingentes	9.869	9.555
Ativos e passivos fiscal diferido	(6.972)	9.534
Efeito da variação cambial sobre o caixa equivalentes de caixa	(2.604)	(409)
Resultado de bens de uso baixados	7.062	-
Juros sobre instrumentos financeiros	19.462	6.244
Juros sobre arrendamento mercantil	153	947
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais		
Instrumentos financeiros	(38.552)	(82.399)
Contas a receber	(451.030)	(535.203)
Imposto a recuperar	999	6.677
Despesas antecipadas	14.678	(24.786)
Outros créditos	(46.023)	(31.902)
Depósitos judiciais	(5.241)	(2.989)
Fornecedores	1.529	36.290
Contas a pagar operacionais	651.669	365.766
Obrigações com portadores	174.234	50.305
Programa de incentivo a vendas	48.281	(5.712)
Salários e encargos	16.425	17.202
Impostos e contribuições a recolher	95.993	40.086
Impostos pagos	(77.501)	(35.870)
Outras contas a pagar	69.518	(68.760)
Arrendamento mercantil a pagar	(9.178)	(3.402)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	844.986	17.694
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(189.201)	(163.165)
Alienações no imobilizado	678	9.210
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(188.523)	(153.955)
Aumento/(redução) nas atividades de financiamento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(183.786)	(116.274)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	(183.786)	(116.274)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	472.677	(252.535)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	2.330.491	2.582.617
Efeito da variação cambial sobre o caixa equivalentes de caixa	2.604	409
Saldo final	2.805.772	2.330.491
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa	472.677	(252.535)

Diretoria

Cesario Narihito Nakamura - Diretor Presidente

Esther Dalmas - Diretora

Leandro Jose Susin - Diretor

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadadori.estadao.com.br/publicacoes/>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 30 de março de 2023, sem ressalvas.

	2022	2021
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	2.805.772	2.330.491
Instrumentos financeiros	149.393	-
Contas a receber	3.592.694	3.137.031
Contas a receber	3.614.602	3.163.572
(-) Provisão perdas esperadas	(21.908)	(26.541)
Impostos a recuperar	15.108	16.107
Despesas antecipadas	74.361	89.132
Outros créditos	139.043	93.020
Depósito judicial	1.602	1.631
Total do ativo circulante	6.777.973	5.667.412
Instrumentos financeiros	-	130.303
Despesas antecipadas	21.963	21.870
Depósito judicial	58.941	53.671
Ativo fiscal diferido	86.507	75.741
Imobilizado	23.553	30.290
Intangível	486.610	399.857
Total do ativo não circulante	677.574	711.732

	2022	2021
Total do Ativo	7.455.547	6.379.144

	2022	2021
Receita operacional líquida	2.210.976	1.850.226
Custo dos serviços prestados	(680.685)	(564.479)
Lucro bruto	1.530.291	1.285.747
Receitas/(despesas) operacionais		
Pessoal	(393.118)	(301.593)
Gerais e administrativas	(452.239)	(382.390)
Outras receitas/(despesas)	(4.421)	(4.965)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	680.513	596.799
Receitas financeiras	344.287	132.524
Despesas financeiras	(548.446)	(473.845)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	476.354	255.478

	2022	2021
Reservas de lucro		
Capital social	472.414	94.483
Reserva legal	94.483	162.623
Reserva de expansão	-	(69.923)
Dividendos adicionais	-	-
Destinação do lucro líquido:		
Reserva de expansão	-	136.640
Dividendos obrigatórios	-	(45.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	472.414	94.483
Lucro líquido do exercício	-	-
Dividendos adicionais	-	-
Destinação do lucro líquido:		
Reserva de expansão	-	250.837
Dividendos obrigatórios	-	(83.613)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	472.414	94.483

	2022	2021
Passivo		
Fornecedores	56.494	54.965
Contas a pagar operacionais	3.499.765	2.848.096
Obrigações com portadores	2.450.409	2.276.175
Programa de incentivo a vendas	10.112	20.878
Salários e encargos	90.288	70.384
Impostos e contribuições a recolher	53.760	35.268
Passivos contingentes	6.693	7.264
Dividendos	83.613	45.546
Arrendamento mercantil	4.958	4.256
Outras contas a pagar	185.496	116.045
Salários e encargos	4.541	8.020
Passivos contingentes	67.872	57.432
Outras contas a pagar	166	99
Passivo fiscal diferido	27.586	23.792
Arrendamento mercantil	4.960	14.687
Total do passivo não circulante	105.125	104.030
Patrimônio líquido		
Capital social	472.414	472.414
Reserva legal	94.483	94.483
Reserva de expansão	341.937	229.340
Total do patrimônio líquido	908.834	796.237
Total do Passivo	7.455.547	6.379.144

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(148.876)	(63.758)
Diferidos	6.972	(9.534)
Lucro líquido dos exercícios	334.450	182.186
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$	167,225	91,093
Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)		
Resultado dos exercícios	334.450	182.186
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	334.450	182.186

	2022	2021
Reservas de lucro		
Capital social	472.414	94.483
Reserva legal	94.483	162.623
Reserva de expansão	-	(69.923)
Dividendos adicionais	-	-
Destinação do lucro líquido:		
Reserva de expansão	-	136.640
Dividendos obrigatórios	-	(45.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	472.414	94.483
Lucro líquido do exercício	-	-
Dividendos adicionais	-	-
Destinação do lucro líquido:		
Reserva de expansão	-	250.837
Dividendos obrigatórios	-	(83.613)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	472.414	94.483

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadadori.estadao.com.br/publicacoes/>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 30 de março de 2023, sem ressalvas.



Transição energética Projeto-piloto

Shell planeja produzir etanol a partir de planta da tequila

Iniciativa que prevê uso da matéria-prima da bebida como fonte de biomassa para produção de combustíveis entra na segunda fase

DENISE LUNA
RIO

A Shell assinou na quinta-feira uma parceria com o Senai Cimatec para iniciar a segunda fase do programa BRAVE (desenvolvimento de agave no Brasil, na sigla em inglês).

A iniciativa pretende usar a planta que serve de matéria-prima para a produção de tequila como fonte de biomassa para a produção de etanol, biogás e outros produtos no sertão nordestino.

A assinatura do acordo ocorreu em Conceição do Coité, município baiano produtor de sisal, fibra natural produzida a partir do agave.

Segundo a petroleira, serão construídas plantas-piloto para validar o escalonamento dos processos dentro do Senai Cimatec Park, em Salvador.

“A nova etapa do BRAVE prevê o desenvolvimento de tecnologias de mecanização para o plantio e a colheita e de processamento de diferentes espécies de agave. Ambas as frentes de atuação vão correr simultaneamente, ao longo de cinco anos”, afirmou a Shell em seu comunicado.

O programa BRAVE Mec, de mecanização do plantio e da colheita, vai gerar soluções tecnológicas para processos que são executados atualmente de forma manual ou utilizando implementos de baixo nível

“O BRAVE consegue entregar resultados em todos os pilares. É um projeto realmente diferenciado, inovador e transformacional”

Alexandre Breda
Gerente de Tecnologia de Baixo Carbono da Shell Brasil

“Nossa intenção é usar 100% do potencial do agave para obter etanol, visando a uma nova cadeia de negócios”

André Oliveira
Gerente executivo do Senai Cimatec

tecnológico, enquanto o BRAVE Ind, que se refere ao processamento das espécies, prevê desenvolver a rota de processamento do agave para obtenção do etanol de primeira e segunda gerações, biogás, além de co-produtos.

CUSTOS. Com investimento de aproximadamente de R\$ 100 milhões, o BRAVE é financiado pela Shell Brasil com recursos da cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na primeira fase de pesquisas de desenvolvimento, a Shell teve parceria com a Universidade Estadual de Campi-

nas (Unicamp), e conta também com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

“Dentro da estratégia da Shell ‘Impulsionando o Progresso’ temos quatro pilares: gerar valor para acionistas, impulsionar vidas, respeitar a natureza e zerar emissões líquidas de carbono, e o BRAVE consegue entregar resultados em todos os pilares. É um projeto realmente diferenciado, inovador e transformacional”, disse Alexandre Breda, gerente de Tecnologia de Baixo Carbono da Shell Brasil.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. Atualmente, a Shell Brasil investe cerca de R\$ 600 milhões em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento no País, sendo 30% dessa verba destinada a iniciativas para a transição energética, como é o caso do programa BRAVE, informou a companhia.

“A nossa intenção é utilizar 100% do potencial do agave, não só a fibra do sisal, para obter etanol de primeira e segunda gerações, visando à implantação de uma nova cadeia de negócios”, explica André Oliveira, gerente executivo do Senai Cimatec. ●

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

Objeto: Aquisição de microcomputador quântico para o Centro de Inteligência Artificial e Cibersegurança em São Caetano do Sul.

Retirada do edital: a partir de 17 de abril de 2023, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).Sessão de disputa de preços (lances): 2 de maio de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

APADEP - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS

CNPJ nº 08.078.890/0001-66

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária da APADEP

Nos termos dos artigos 11 e 14 do Estatuto da APADEP, a Diretoria convoca as associadas e os associados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 24 (vinte e quatro) de abril de 2023, por videoconferência, pelo aplicativo Zoom, ID da reunião: 835 0347 0077, Senha de acesso: 315436, link <https://us06web.zoom.us/j/83503470077> com primeira convocação às 17h30min e segunda convocação às 18h, nos termos do art. 15 do mesmo diploma normativo, a fim de deliberarem sobre a seguinte pauta: 1. Relatório Anual da Diretoria; 2. Balanço; 3. Prestação de Contas; 4. Previsão Orçamentária para o ano seguinte. São Paulo, 17 de abril de 2023. A Diretoria.

A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA TORNA PÚBLICO O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR EPC/EPML ADAMANTINA, EPC/EPML DRACENA, EPC P. VENCESLAU, EPC/EPML FCO DA ROCHA, EPML OSASCO, EPML SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, EPC/EPML TABOÃO - PARTICIPAÇÃO AMPLA.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO DA n.º 43/2023

PROCESSO DA n.º SPTC-PRC-2023/00341

OFERTA DE COMPRA Nº 180216000012023OC0146

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 14/04/2023

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/04/2023 - às 10h30min

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS DE CAMPINAS E REGIÃO

Data: 24 de abril de 2023

1ª Convocação: 09h 2ª Convocação 09h30min Local: Rua Adalberto Panzan, nº 92 - TIC - Campinas - SP

Convidamos todas as empresas pertencentes a categoria econômica de transportes rodoviários de cargas com equipamentos de duas ou diversas rodas ou eixos; logística; operadores de transporte multimodal (OTM) de cargas; intermodal; "courier"; transporte de documentos e malotes; movimentação de cargas por qualquer tipo de veículo, ou qualquer outro que mantenha serviço de transporte de bens, documentos, mercadorias, produtos acabados ou não, sejam bem próprio ou de terceiros, com frota própria, de terceiros ou cooperativados (exceto no transporte por motofrete e exceto no comércio armazenador), na conformidade do que dispõe o estatuto, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 - Análise e deliberação sobre as pautas de reivindicações dos sindicatos profissionais; 2 - Assuntos Gerais. Sua omissão ou sua ausência lhe retira qualquer direito a futuras reclamações e o submete às decisões da Assembleia Geral. O direito de voto é garantido a todo empresário do TRC ou representante legal da empresa, munido de procuração com poderes específicos para esse fim.

Campinas, 17 de abril de 2023 - JOSÉ ALBERTO PANZAN - Presidente

Sindicato das Empresas de Internet do Estado de São Paulo - CNPJ nº 04.113.434/0001-59 - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O Sindicato das Empresas de Internet do Estado de São Paulo - SEINESP, doravante nomeado por Sindicato das Empresas de Internet do Brasil - SEIBRA, inscrito no CNPJ nº 04.113.434/0001-59, com endereço na Rua da Quitanda, nº 96, 3º andar, no Centro Histórico, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, por seu Presidente José Janone Junior, convoca por meio do presente Edital, todas as empresas de internet para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma presencial, no dia 24/04/2023, às 08h da manhã em primeira convocação, ou às 08h30min da manhã em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede do SEIBRA, com endereço na Rua da Quitanda, nº 96, 3º andar, no Centro Histórico, Cidade de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: 1) Desfiliação da Federação de Serviços do Estado de São Paulo - FESESP. 2) Formalização do interesse de filiação do SEIBRA à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo e de adesão às normas do Sistema Confederativo de Representação Sindical - SICOMERCIO, da CNC. São Paulo, 17 de Abril de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 80/2023

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente EDITAL: 80/2023 MODALIDADE: Pregão Eletrônico OBJETO: aquisição de concreto usinado 20 MPA e 25 MPA ENCERRAMENTO: às 08:30h do dia 03/05/2023 ABERTURA: às 09:00h do dia 03/05/2023 INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro TELEFONES: (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO www.presidenteprudente.sp.gov.br Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 14 de abril de 2023 Walner Silvestre - Licitador Depto. Compras

CASTELO ALIMENTOS S/A

CNPJ: 07.814.284/0001-07

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas convocados a participar da AGO/E no dia 25/04/2023, às 8h30min, em formato exclusivamente digital, possibilitando a participação e votação por meio da plataforma "Zoom", com o link de acesso a ser enviado através de correio eletrônico, tudo em conformidade com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **Ordem do Dia:** a) apreciação das contas e demonstrações contábeis referente ao exercício de 2022; b) destinação dos resultados; c) remuneração dos administradores; d) alteração do objeto social; e) eleição do conselho de administração; e f) assuntos gerais. Jundiaí/SP, 15/04/2023. Presidente do Conselho de Administração.

Kinea Private Equity Investimentos S.A.

CNPJ 04.661.817/0001-61

NIRE 35300187261

Edital de Convocação - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os senhores acionistas da Kinea Private Equity Investimentos S.A. ("Companhia") são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em 27.04.2023, às 09h, na sede social da Companhia, na Rua Minas de Prata, 30, 4º andar, Vila Olímpia, em São Paulo (SP), a fim de: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar e deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2022; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; e (c) Fixar a verba remuneratória global e anual destinada aos administradores. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. São Paulo (SP), 17 de abril de 2023. Conselho de Administração. (a) Márcio Verri Bigoni - Presidente do Conselho de Administração. (17/18/19)

INSTITUTO ABIHPEC - CNPJ/MF nº 19.498.192/0001-36 - Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 2344 - sala 21 - São Paulo - SP.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Prezados Associados, Tendo em vista o disposto no Capítulo IV do Estatuto Social do Instituto ABIHPEC, convocamos os associados para a Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em reunião formato híbrido (presencial e virtual), no dia 26 de abril (quarta-feira) de 2023, às 9 horas em primeira convocação, com a presença mínima de 1/3 dos associados e, em segunda convocação, meia hora depois (às 9h30), com qualquer número de participantes, destinada a deliberar sobre a ordem do dia a seguir: **Ordem do dia:** Abertura; Apreciar e aprovar as contas e o relatório de atividades relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; Assuntos Diversos. **Informações adicionais:** Ressaltamos a importância da participação dos associados na Assembleia Geral Ordinária principalmente no formato presencial, lembrando ainda, que será a primeira reunião a ser realizada em configuração presencial e virtual. **Reunião Presencial:** Sede da ABIHPEC - Avenida Paulista, 1313 - conj. 1080. **Reunião Virtual - O link será enviado posteriormente.** Os associados podem se fazer representar por procurador, com procuração específica.

Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ 06.881.898/0001-30

NIRE 35300322452

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Os senhores acionistas da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia") são convidados pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará em 27.04.2023, às 15h, na sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 9º andar, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP), a fim de: **I - Em pauta ordinária:** (a) Tomar as contas dos administradores, examinar e deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2022; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; (c) Eleger os integrantes do Conselho de Administração para o próximo mandato anual, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024; e (d) Fixar a verba remuneratória global e anual destinada aos administradores. **II - Em pauta extraordinária:** (a) Aumentar o capital social mediante capitalização de reserva estatutária. Consequentemente, alterar a redação do "caput" do art. 3º do Estatuto Social, a fim de consignar o novo valor do capital social; (b) Aumentar o número de diretores da Companhia de, no máximo 7, para, no máximo 11 diretores, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Produtos, até 2 Diretores Vice-Presidentes e até 7 Diretores sem designação específica. Consequentemente, alterar a redação dos arts. 6º e 6.1 do Estatuto Social, a fim de consignar o novo número de diretores. (c) Alterar o art. 5º do Estatuto Social para prever que os membros do conselho de administração serão indicados pelo Itaú Unibanco S.A. ou qualquer de suas afiliadas e pela Bellamar Empreendimentos e Participações Ltda. ou qualquer de suas afiliadas. (d) Consolidar o Estatuto Social, com a alteração mencionada acima; e (e) Aprovar a alteração da FIC Promotora de Vendas Ltda. para a Provar Negócios de Varejo Ltda. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social. São Paulo (SP), 17 de abril de 2023. Conselho de Administração. (a) Rubens Fogli Netto - Presidente do Conselho de Administração. (17/18/19)

Finanças mais

O mais completo ranking das instituições financeiras

Marcas mais

As marcas que mais envolvem e conquistam o consumidor

Empresas mais

O maior e mais completo ranking empresarial do País

Melhores serviços

As empresas que oferecem as melhores experiências ao usuário

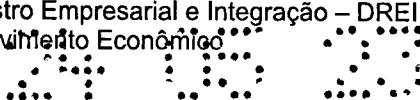
Mais informações:
publicacoes@estadao.com

Realização: **ESTADÃO**
Produção: **ESTADÃO BLUE STUDIO**



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



ARQUIVAMENTO DE ATA

Nº DO PROTOCOLO 032339860-0	NIRE 3530018761-0	NOME EMPRESARIAL ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
---------------------------------------	-----------------------------	--

DATA DA ATA 28/04/2023	TIPO DA ATA Ata de Assembléia Geral Ordinária
----------------------------------	---

RESUMO DA ATA 1)tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da sociedade relativas ao exercício social findo em 31.12.2022; e 2) deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2022 e distribuição e pagamento de Dividendos.
--



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.846.633/23-1

Relatório da Análise Prévia

- **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar** de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Análise Prévia

Alcir Antônio Gomes RG 9.058.307-3

Data: 18/05/2023

Ciência Vogais